
Agenda 2030 e Direitos Humanos: análise da literatura iberoamericana publicada em Ciência da Informação

Agenda 2030 y derechos humanos: análisis de la literatura iberoamericana publicada en ciencia de la información

Agenda 2030 and human rights: an analysis of the Ibero-American Literature in Library and Information Science

João Carlos Gardini SANTOS (1), Daniel MARTÍNEZ-ÁVILA (2), Mariana Rodrigues GOMES DE MELLO (3)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, joao.gardini@ifsp.edu.br. (2) Universidad de León, dmaria@unileon.es. (3) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", mariana rg.mello@unesp.br

Resumen

La Agenda 2030 de las Naciones Unidas (ONU) presenta 17 objetivos de desarrollo sostenible (ODS) susceptibles de ser utilizados como marco teórico en la investigación científica. En este sentido, el problema de la presente investigación es el siguiente: ¿existe un *corpus* publicado en portugués o español en el área de la Biblioteconomía y Documentación, con mención explícita a los derechos humanos, que pueda ser utilizado como referente teórico y fundamento para futuras investigaciones alineadas con al menos uno de los 17 ODS propuestos por la ONU en la Agenda 2030? Para dar respuesta a este problema, se realizó una búsqueda en la base de datos especializada Library and Information Science Abstracts (LISA) con el fin de analizar y categorizar las obras recuperadas con base metodológica en Bardin. Los resultados muestran que tras la publicación de los ODS hubo un aumento significativo de publicaciones científicas sobre desarrollo sostenible en consonancia con los derechos humanos y que el ODS número 16, "Paz justicia e instituciones sólidas", es aquel con un mayor número incidencias en los trabajos analizados. Se concluye que existe un *corpus* de investigación sobre el desarrollo sostenible en la Biblioteconomía y Documentación que reconoce su importancia y puede fundamentar futuras investigaciones que traten directamente con algunas de los ODS.

Palabras clave: Agenda 2030. Objetivos de Desarrollo Sostenible. Derechos humanos. Iberoamérica.

Abstract

The 2030 Agenda of the United Nations (UN) presents 17 Sustainable Development Goals (SDG) that can be used as a theoretical framework in scientific research. In this sense, our research question is as follows: is there a *corpus* of published literature in Portuguese or Spanish in the area of Library and Information Science and with an explicit mention to human rights that can be used as a theoretical reference and basis for future research on at least one of the 17 SDGs proposed by the UN in the 2030 Agenda? To answer this question, we conducted a search in the specialized database Library and Information Science Abstracts (LISA) and then analyzed and categorized the retrieved documents using a methodology based on Bardin. The results show that after the publication of the SDGs there was a significant increase in scientific publications on sustainable development in line with human rights. SDG number 16, "Promote just, peaceful and inclusive societies" is the one with the highest number works on human rights. We conclude that there is a *corpus* of research on sustainable development in Library and Information Science that recognizes its importance and can be used as a background for future research dealing with any of the SDGs.

Keywords: Agenda 2030. Sustainable Development Goals. Human rights. Iberoamerica.

1. Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1998) tem sido desde sua publicação um dos mais importantes passos na história da humanidade, equilibrando a esfera do indivíduo com a da sociedade e conformando de uma forma positiva os ideais e as intenções das sociedades civis. Mas para que os direitos fundamentais tenham efetividade é necessário um movimento educacional e de ação na sociedade, auxiliado por políticas públicas eficazes que promovam o respeito à dignidade

humana, a noção de alteridade e a minimização de preconceitos (Benevides, 2001).

Nesse sentido, 17 objetivos foram elencados pela Organização das Nações Unidas (ONU), visando cumprir os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conhecidos como ODM, que foram instituídos há 21 anos e não tiveram concretização material, ficando apenas no campo idealista. Porém, as 169 metas e os 17 objetivos propostos pela Agenda 2030, vão além dos ODM. Ao lado das contínuas prioridades de desenvolvimento, tais como a erradicação da

pobreza, a saúde, a educação e a segurança alimentar e nutricional, a nova Agenda define um vasto leque de objetivos econômicos, sociais e ambientais (Organização das Nações Unidas, 2015). Ela também se compromete em auxiliar no desenvolvimento de sociedades mais pacíficas e inclusivas. Estes propósitos buscam o desenvolvimento sustentável e o respeito à dignidade humana, reafirmando a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como a responsabilidade de todos os Estados em respeitar, proteger e promover os Direitos Humanos e as liberdades inerentes a eles sem qualquer distinção quanto a raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição (Organização das Nações Unidas, 2015).

Entende-se que houve progressos desde que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada há quase um século: o acesso à educação aumentou, tanto para meninos quanto para meninas; e houve desenvolvimento de políticas públicas de erradicação da pobreza extrema. Mesmo não em todos os países por igual, a DUDH tem sido um símbolo de autorrespeito para as pessoas (Kretzmer & Klein, 2002) e para que as essas mesmas pessoas reclamem respeito por seus direitos e liberdades (Alfredsson & Eide, 1999). Neste sentido, compreende-se que a disseminação da informação e das tecnologias da comunicação e interconectividade global tem um grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica [...] (Organização das Nações Unidas, 2015). Entretanto, ao mesmo tempo que as tecnologias da informação e as comunicações evoluem a um ritmo desenfreado, muito tem que ser feito nesta e outras áreas relacionadas para concretizar as iniciativas, pois o progresso no que tange à prática dos Direitos Humanos em todas as áreas tem sido muito lento na maioria dos países.

Ante esta realidade de cunho muito mais programático do que efetivo, foi necessário colocar termo ao início de algumas ações e a Agenda 2030 da ONU foi um exemplo disso. Ela foi elaborada de acordo, principalmente, com os princípios da DUDH e subsidiariamente com outros instrumentos, como os tratados internacionais acerca do tema, e pretende até o ano de 2030 implementar várias metas quanto aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento sustentável acordados pelos 193 Estados-membros da ONU. O que trouxe, portanto, ao centro da discussão da política mundial, por meio da declaração de metas universais, a urgente necessidade de

elaboração de padrões de desenvolvimento que tenham como pilares a preservação e a valorização da vida digna de todas as pessoas, bem como a gestão sustentável dos recursos naturais disponibilizados pelo planeta (Silva, 2000; Becchi, 2013). Nessas discussões, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação contêm também um papel fundamental, desde sua vertente mais comprometida e educativa, visando um acesso amplo a informações de qualidade e almejando propiciar políticas eficientes à concretização dos Direitos Humanos por meio da mediação e uso da informação.

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável, apresentado pela ONU, tem extrema relevância para a agenda de pesquisa e financiamento das agências nacionais e internacionais. Como objetivo da ONU, existe um apoio institucional de governos e instituições que reflete a prioridade para a sociedade e nos diferentes programas para que agentes do sistema científico possam atingir estes objetivos. Na área da Ciência da Informação, o desenvolvimento sustentável também é uma área de extrema relevância (1) que deve ser considerada nas publicações e projetos de pesquisas que estejam inseridos na estratégia global e científica da ONU. Futuras pesquisas alinhadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável e Direitos Humanos serão prioritárias em chamadas e políticas científicas. Portanto, o objetivo do presente artigo é investigar e sistematizar a literatura publicada na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, segundo os objetivos da ONU sobre desenvolvimento sustentável e principalmente relacionada com os Direitos Humanos. A questão de pesquisa relacionada do presente trabalho é: existe um *corpus* de pesquisa publicado em português ou espanhol na Biblioteconomia e Ciência da Informação com menção explícita aos Direitos Humanos e que possa ser utilizado como referencial teórico e fundamento em futuras pesquisas alinhadas com pelo menos um dos 17 ODS propostos pela ONU na Agenda 2030?

2. Os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU

No que tange à Agenda 2030, a fim de que se compreenda melhor o que são os objetivos sustentáveis que compõem a análise dos dados deste trabalho, expõe-se, resumidamente, cada uma das propostas dos ODS (Organização das Nações Unidas, 2015):

- 1) Erradicação da pobreza: embora estime-se que a pobreza tenha diminuído consideravelmente, a pobreza extrema continua a ser desafiadora, visto que mais de 700 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1,90 por dia e mais da metade da população mundial vivem com menos de US\$ 8,00 por dia.

2) Fome zero e agricultura sustentável: a subnutrição no mundo já foi maior, porém, há muito ainda o que fazer, tal como promover práticas agrícolas sustentáveis, através da agricultura familiar, acesso equitativo à terra, à tecnologia e ao mercado.

3) Saúde e bem-estar: houve progressos históricos ante a redução significativa da mortalidade infantil e o declínio de mortes por doenças como HIV/AIDS e malária. Porém, muito ainda tem que ser feito, principalmente, no que tange às doenças crônicas, como diabetes, câncer, doenças cardiovasculares e respiratórias.

4) Educação de qualidade: desde os anos 2000 houve um enorme progresso no que diz respeito à educação básica. Todavia, todos os níveis de educação estão contemplados nesse objetivo, devendo observar-se a promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos.

5) Igualdade de gênero: houve evolução neste quesito, contudo, a violência de gênero ainda é uma constante na maior parte do mundo.

6) Água potável e saneamento: o acesso ao saneamento e à água potável é imprescindível à dignidade humana, mas estima-se que a escassez de água afete 40% da população mundial.

7) Energia acessível e limpa: a maior meta inerente a esse objetivo consiste na transição energética de fontes não renováveis e poluidoras para as fontes renováveis.

8) Trabalho decente e crescimento econômico: ODS que contempla a urgência de erradicar o trabalho escravo, bem como o tráfico de seres humanos e conciliar o crescimento econômico sustentável e qualidade de vida.

9) Indústria, inovação e infraestrutura: este ODS lista metas que objetivam questões como o fortalecimento industrial eficiente, a inovação com valorização da micro e pequena empresa, o desenvolvimento e fomento aos transportes coletivos.

10) Redução das desigualdades: a distribuição de renda entre os países tem sido um grande problema, e, contemporaneamente envolve questões como a dos fluxos migratórios em face de conflitos, eventos climáticos e perseguições de todos os tipos.

11) Cidades e comunidades sustentáveis: ODS que almeja tornar as cidades e os assentamentos humanos seguros, inclusivos, resilientes e sustentáveis.

12) Consumo e produção sustentável: este objetivo visa a informação e a gestão coordenadas à transparência, à produção responsável e ao consumo sustentável.

13) Ação contra a mudança global do clima: segundo estudos, a temperatura terrestre aumentará 3°C até o final do século XXI. Assim, é necessário tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos.

14) Vida na água: estima-se que há mais de 13.000 pedaços de lixo plástico em cada quilômetro quadrado nos mares. Em razão disso, é preciso impor

metas para gerenciar e proteger a vida na água de modo sustentável.

15) Vida terrestre: ODS que tem como principal escopo a proteção e a gestão sustentável dos ecossistemas terrestres.

16) Paz, justiça e instituições eficazes: por meio deste objetivo pretende-se desenvolver instituições responsáveis e transparentes; promover sociedades pacíficas, inclusivas e sustentáveis, com acesso à justiça e redução da criminalidade.

17) Parcerias e meios de implementação: o ODS 17 estabelece os meios para a realização efetiva da Agenda 2030 por todos os países, revitalizando a parceria global e o desenvolvimento sustentável.

Posto isto, cada um dos ODS trata de uma meta ligada diretamente a um eixo (social, ambiental e econômico) fundamental para o desenvolvimento sustentável de todo planeta, uma vez que se compromete em auxiliar no progresso racional dos Estados, tornando-os mais pacíficos, tolerantes e inclusivos (Organização das Nações Unidas, 2015).

3. Objetivos de desenvolvimento sustentável na Biblioteconomia e Ciência da Informação

Como antecedentes, desde a publicação dos ODS na Agenda 2030, diversas pesquisas no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação têm se esforçado em adaptar e adotar os objetivos nas suas atuações de ensino, pesquisa e extensão.

Por exemplo, na Universidad Complutense de Madrid, Espanha, Arquero *et al.* (2020) reportaram sobre uma iniciativa de aprendizagem-serviço (ApS) no ensino da área de Biblioteconomia e Documentação, gerando seis propostas de projetos alinhados aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Na pesquisa, os ODS também têm sido estudados em relação à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e as campanhas de relações públicas (Estanyol, 2020), a RSC, whistleblowing e big data (Calvo & Osal, 2018), a criação de um sistema de informação ambiental de detecção de desmatamento em tempo real como ferramenta para preservação da Amazônia (Assunção *et al.*, 2021), dados abertos nos domínios da agricultura e desenvolvimento rural (Camperos Reyes *et al.*, 2018), a atuação e práticas em bibliotecas públicas de Brasil (Raulino & Meira, 2021), a função social das bibliotecas universitária e especificamente a rede Marista da PUCRS no Brasil (Araujo *et al.*, 2021), as percepções dos bibliotecários em Coreia do Sul sobre os objetivos (Noh, 2021) ou a agenda digital na África (Urbano, 2018). Ochoa e Pinto (2015) já tinham apresentado uma estrutura de medição e avaliação de impactos, alinhada aos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós 2015, e sua

aplicação ao campo da informação-documentação. No campo da ciëntometria, o estudo da produção científica da revista *Sustainability* de Re-piso *et al.* (2021) alertava que a alusão aos ODS era utilizada, pelo menos no contexto da revista publicada por MDPI, para justificar a publicação de praticamente qualquer temática.

Como conclusão, a importância dos ODS na Biblioteconomia e Ciência da Informação está sendo refletida em diversas pesquisas e práticas profissionais da área. Neste sentido, Pirela Morillo e Salazar Álvarez (2010, p. 10, tradução nossa) concluíam seu estudo sobre os perfis dos profissionais da informação destacando a necessidade de estabelecer perfis com núcleos, eixos, áreas ou troncos comuns para a formação profissional que depois se diversifiquem na formação em pós-graduação, a fim de atender às necessidades, demandas e tendências decorrentes dos mercados de trabalho e horizontes emergentes das profissões relacionadas à gestão da informação, em cenários de inovação, diversidade cultural, competitividade, produtividade e criatividade, permeados pelos princípios expressos na Agenda 2030. Nessa linha, Gloria Pérez-Salmerrón (2018), em relação às estratégias da IFLA, indicava que o trabalho das bibliotecas deveria ser referenciado e entendido pelo poder público como uma oportunidade de apoio local ao desenvolvimento sustentável. Este aspecto tem sido repetido por diversos bibliotecários (ex. Gallo-León, 2018) e identificado na literatura específica da área por García-Marco, Figuerola e Pinto (2020), por exemplo, nos trabalhos de Singh *et al.* (2016) sobre competência em informação e Chowdhury e Koya sobre as *ischools* (2017).

4. Metodologia

No dia 17 de maio de 2022 realizou-se um levantamento na base de dados especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação Library and Information Science Abstracts (LISA) utilizando a seguinte estratégia de busca: *Objetivos de Desarrollo Sostenible OR Objetivos de Desarrollo Sostenible OR Sustainable Development Goals*, sem limitação de tempo e com os seguintes limites de idioma: português ou espanhol. Foram recuperados 34 trabalhos publicados entre 2014 y 2022 que foram lidos e utilizados para a contextualização da pesquisa na seção 3 do presente trabalho.

No mesmo dia e na mesma base de dados foi realizada uma busca utilizando a seguinte expressão: *noft(Derechos Humanos) OR noft(Direitos Humanos) OR noft(Human Rights)*, sem limitação de tempo e com os seguintes limites de idioma: português ou espanhol, recuperando 49

resultados entre 1998 y 2021. Foi testada outra busca utilizando campos significativos vinculados com a temática do documento (resumo – AB, título do documento TI e todos os assuntos e indexação – SU, em vez de qualquer lugar exceto texto completo – NOFT): *ab(Derechos Humanos) OR ti(Derechos Humanos) OR su(Derechos Humanos) OR ab(Direitos Humanos) OR ti(Direitos Humanos) OR su(Direitos Humanos) OR ab(Human Rights) OR ti(Human Rights) OR su(Human Rights)* sem limitação de tempo e com os seguintes limites de idioma: português ou espanhol, recuperando 47 trabalhos entre 1998 y 2021 e todos eles contidos nos 49 da primeira busca pelo que foi desconsiderada.

Os trabalhos recuperados sobre Direitos Humanos foram analisados e categorizados, após a leitura dos textos completos, sem distinção de idioma, e utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2016) de forma adaptada para as necessidades da pesquisa. No que tange à análise de conteúdo propriamente dita, trata-se de uma metodologia composta por três partes: 1) pré-análise: desdobra-se em elaboração do *corpus* de pesquisa, formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração dos indicadores fundantes da interpretação final; 2) exploração do material: momento em que se realiza o processo de categorização do conteúdo; e 3) tratamento dos resultados, e as suas inferências e interpretações (Guimarães & Sales, 2010; Bardin, 2016). A adaptação para as necessidades particulares dessa pesquisa reside no fato de que as categorias utilizadas na análise de conteúdo foram os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU, identificadas previamente à redação da pesquisa, e não extraídas a partir da leitura dos documentos recuperados. A designação dos trabalhos aos diferentes ODS específicos foi realizada por meio do mecanismo da inferência, entendida como deduções lógicas para reconhecer nos trabalhos recuperados as causas ou antecedentes da mensagem, assim como seus efeitos e consequências (Bardin, 2016), segundo as categorias estabelecidas *a priori* pelos ODS. Estas deduções e categorizações dos trabalhos foram realizadas pelos autores no momento da leitura dos trabalhos, de forma individual, dependendo do idioma e revisada por todos os membros do grupo, chegando ao consenso.

Finalizada essa etapa, o seu resultado foi representado em um quadro com as referências dos artigos e as suas respectivas categorias. Na próxima seção são manifestadas as análises e discussões dos resultados.

5. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Conforme dito anteriormente, foram recuperados 49 trabalhos. Uma referência foi desconsiderada por ser uma resenha de outro trabalho, também incluído na lista. Ademais, havia um outro trabalho que não tinha relação com a temática (mesmo incluindo a expressão Direitos Humanos). Resultaram, assim, 47 trabalhos, os quais serão apresentados no apêndice.

Uma primeira análise possível refere-se aos anos nos quais ocorreram as publicações dos trabalhos selecionados para o *corpus* da pesquisa confrontados com a data da publicação da Agenda 2030 da ONU e os ODS, em 2015, no sentido de identificar se as temáticas tratadas pela Agenda, alinhadas com o desenvolvimento sustentável e o respeito à dignidade humana já eram assuntos relevantes nas publicações científicas em português e espanhol antes de 2015 ou se apenas adquiriram esse *status* somente após essa data. Para tanto, inicialmente observa-se a Figura 1.

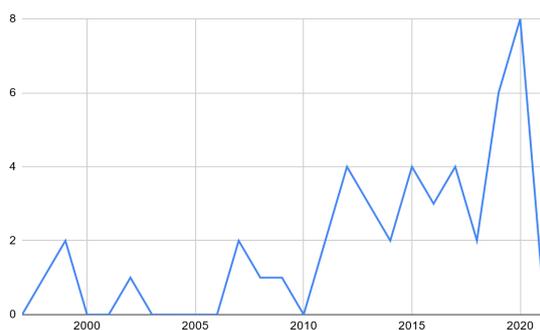


Figura 1. Distribuição de publicações por anos

A partir dos dados acima, é possível identificar um aumento expressivo nas publicações científicas sobre desenvolvimento sustentável alinhado ao respeito à dignidade humana, após 2012, com um ápice de oito publicações no ano de 2020. Portanto, infere-se que a publicação da Agenda 2030 e dos ODS contribuiu substancialmente para que esses assuntos quando alinhados à dignidade humana adquirissem mais relevância e, conseqüentemente, atualidade. Por essa razão, tornaram-se assuntos mais analisados e discutidos nas publicações científicas nos idiomas português e espanhol. Destaca-se, ainda, que tais trabalhos publicados são capazes de subsidiar, a partir dessa perspectiva da nova agenda de desenvolvimento sustentável proposta pela ONU, alinhada à dignidade humana, futuras publicações científicas acerca dessa temática.

Dando continuidade, conforme mencionado na introdução, e em razão da proposta de análise dessa pesquisa, os trabalhos que compõem o *corpus* foram todos publicados em periódicos ou fontes de línguas portuguesa ou espanhola com as seguintes frequências: Informação & Informação (5), El Profesional de la Información (5), Investigación Bibliotecológica (5), Revista Interamericana de Bibliotecología (4), Biblionline (3), Informação e Sociedade: Estudos (3), Páginas A&B (3), Liinc em Revista (2), Perspectivas em Gestão & Conhecimento (2), Revista General de Información y Documentación (2), Anales de Documentación (1), Anuario ThinkEPI (1), Bibliotecas. Anales de Investigación (1), BiD: textos universitarios de biblioteconomía i documentació (1), Ciência da Informação (1), Documentación de las Ciencias de la Información (1), Enl@ce: revista Venezolana de Información (1), ICONOS: revista de ciencias sociales (1), Información, Cultura y Sociedad (1), Revista Española de Documentación Científica (1), Scire: Representación y Organización del Conocimiento (1), Livro (1) e Repositório da Universidade de Lisboa (1).

Em uma primeira análise, destaca-se que os periódicos de língua espanhola publicaram, do total de 47 trabalhos analisados, 27 (57%), incluindo um livro, e os periódicos de língua portuguesa, incluindo uma dissertação depositada em repositório institucional da Universidade de Lisboa, por sua vez, publicaram 20 (43%) dos trabalhos que compõem o *corpus*. A partir desses dados e em razão da quase homogeneidade na divisão dos idiomas de publicação dos trabalhos do *corpus*, percebe-se que nas literaturas científicas de ambos os idiomas, tanto em português, quanto em espanhol, o assunto do desenvolvimento sustentável, alinhado aos Direitos Humanos, é objeto de interesse de estudo por parte dos pesquisadores.

Mas para além da quantidade de trabalhos publicados, também se identifica a partir do *corpus* de pesquisa que as revistas de língua espanhola, incluindo um livro nesse idioma, estão mais representadas do que as de língua portuguesa, incluindo uma dissertação já mencionada. São no total quatorze periódicos e um livro de língua espanhola (65%) em face de sete no idioma português, incluindo a dissertação (35%). Essa diferença de aproximadamente um terço pode ser conseqüência de um maior amadurecimento das questões que envolvem o desenvolvimento sustentável, alinhados aos Direitos Humanos em países de tradição espanhola em comparação com os países de tradição lusitana.

Na seqüência, outra análise possível demonstra que os 47 trabalhos selecionados para o *corpus* de pesquisa foram publicados por 77 autores diferentes vinculados a 44 instituições distintas,

sendo elas eminentemente universidades, além também de arquivo, biblioteca, instituto de ensino e pesquisa, museu, fundação, revista científica e tribunal. Em relação aos vínculos institucionais dos autores dos trabalhos analisados, destacam-se três instituições de ensino superior com mais vínculos: a Universidad Complutense de Madrid (UCM – cinco vínculos), a Universidad de Antioquia (UdeA – cinco vínculos) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB – cinco vínculos). Estas três instituições possuem no total 15 vínculos com autores mencionados no *corpus* de pesquisa.

Nessas três instituições de ensino superior é possível sempre identificar no âmbito acadêmico a inserção da temática dos Direitos Humanos, a qual pode ser desenvolvida em conjunto com as questões abordadas pela Agenda 2030 e pelos ODS. Nesse sentido, na UCM os Direitos Humanos compõem objeto de análise do mestrado em Promoção e Defesa Internacional dos Direitos Humanos (Universidad Complutense de Madrid, [2022a?]). Na mesma linha, na UdeA há um curso acadêmico de especialização em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário (Universidad de Antioquia, [2022b?]). Finalmente, na UFPB também há um programa de pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) (Universidade Federal da Paraíba, [2022c?]).

Na continuidade, confrontando os dados acima com os dados dos idiomas dos artigos publicados, se em espanhol ou em português, percebe-se que há uma conformidade, na medida em que há predominância de artigos publicados em espanhol (27) em relação ao português (20). Todavia, quando se analisa a totalidade do vínculo institucional se identifica que são as instituições de língua portuguesa com mais autores (42) que publicam na temática objeto de análise desta pesquisa. Isso ocorre porque, a partir de uma análise mais detalhada do quadro-síntese do *corpus* de pesquisa, percebe-se que nas publicações em português há mais casos de coautoria dos trabalhos do que naqueles de idioma espanhol, o que revela uma maior colaboração científica entre autores de instituições de língua portuguesa quando comparados com aqueles que publicaram no idioma espanhol.

Acerca da colaboração científica, Vans e Stumpf (2010, não paginado) a definem como [...] como dois ou mais cientistas trabalhando juntos em um projeto de pesquisa, compartilhando recursos intelectuais, econômicos e/ou físicos. e explicam que se trata de um fenômeno que vem ocorrendo com mais frequência em todas as áreas das ciências. Essas autoras também explicam que a coautoria é apenas uma das facetas da colaboração científica e que as razões para a

colaboração podem incluir, por exemplo: o desejo de aumentar a popularidade científica, a visibilidade e o reconhecimento pessoal; aumentar a produtividade; racionalizar o uso da mão-de-obra científica e o tempo dispensado à pesquisa; reduzir a possibilidade de erro; obter e/ou ampliar os financiamentos, recursos, equipamentos especiais e materiais; aumentar a própria experiência através da experiência de outros cientistas, dentre outros (Vans & Stumpf, 2010).

Mais uma possibilidade de análise se refere aos tipos de trabalhos publicados, sendo que dos 47 que compõem o *corpus* de pesquisa 43 (92%) são artigos científicos, um (2%) é um livro (López López & Vives i Gracia, 2013), um (2%) é resenha de livro (Ferrer, 2008), um (2%) é informe acerca da situação dos arquivos na Espanha durante o ano de 2011 (Alberch-Fugueras, 2012) e um (2%) é dissertação de mestrado defendida da Universidade de Lisboa (Freitas, 2020). Diante disso, a predominância de artigos publicados pode indicar a cientificidade do tema analisado. Nesse sentido, portanto, infere-se que pesquisas tratando da Agenda 2030 da ONU e seus objetivos de desenvolvimento sustentável alinhados às questões dos direitos humanos são objeto de análise da comunidade científica, o que pode eventualmente ocasionar um grande desenvolvimento teórico do assunto com os consequentes avanços práticos.

Finalmente, em relação à análise de conteúdo a partir da categorização das publicações nos ODS previstos na Agenda 2030 da ONU, destaca-se o ODS de nº 16 com 33 (46%) incidências, do total de 71 incidências. Esse ODS, denominado paz, justiça, instituições eficazes trata, dentre outros aspectos, da questão da transparência, a qual está diretamente relacionada com a administração pública e seu dever de fornecer informações independentemente de requisição, sendo a publicidade a regra e o sigilo a exceção, no que tange ao direito de acesso à informação pública pelos cidadãos (Santos, Fernández Molina & Guimarães, 2017). Além disso, o ODS nº 16 também abrange questões relativas ao acesso à justiça e à redução da criminalidade. No âmbito do Brasil esses objetivos necessariamente estão atrelados à criação e/ou desenvolvimento de leis e políticas públicas de segurança mais eficazes e alinhadas à Constituição Federal de 1988.

O segundo objetivo com mais incidências é o de nº 10 com 23 (32%) incidências. Esse ODS, denominado redução das desigualdades, trata de questões migratórias em razão de conflitos, de eventos climáticos (desastres naturais) e de perseguições de todos os tipos (perseguições por razões políticas ou de gênero, por exemplo). Em relação aos conflitos destaca-se a recente invasão da Ucrânia promovida pela Rússia. Esse

conflito, compreendido internacionalmente como uma guerra, do mesmo modo que diversos outros que atualmente estão ocorrendo ou que já ocorreram no mundo, tem potencial de agravar ainda mais as desigualdades e, conseqüentemente, gerar outros conflitos locais ou mundiais, violando, portanto, esse ODS de redução das desigualdades acentuando a má distribuição de renda, a qual, por sua vez, seria uma forma de cumprir com esse ODS.

O terceiro objetivo com mais incidências é o de nº 5 com sete (10%) incidências. Esse ODS, denominado, igualdade de gênero está diretamente relacionado aos dois citados anteriormente, uma vez que a igualdade prevista neste ODS envolve questões diretamente relacionadas à paz, à justiça e às instituições eficazes capazes de garantir, por meio de leis e instrumentos de fiscalização, a segurança jurídica e física daquelas pessoas acometidas pela desigualdade em razão do gênero. Além disso, a questão da igualdade de gênero também passa por uma necessária redução das desigualdades entre os gêneros, iniciando pela desigualdade na distribuição de renda.

Os demais ODS com incidências são os de nº 4, denominado educação de qualidade, com três incidências (5%), de nº 1, denominado erradicação da pobreza, com duas incidências (3%), de nº 9, denominado indústria, inovação e infraestrutura, com duas incidências (3%) e, por fim, de nº 11, denominado cidades e comunidades sustentáveis, com uma incidência (1%). O primeiro desses objetivos envolve questões relativas à educação básica, promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos. O segundo desses objetivos trata do valor monetário necessário para garantir o mínimo existencial e, conseqüentemente, erradicar a pobreza. O terceiro desses objetivos trata do fortalecimento da indústria, da valorização das micro e pequenas empresas por meio da inovação e do incentivo ao uso dos transportes públicos. Finalmente, o quarto e último desses objetivos tem como meta transformar as aglomerações humanas em espaços seguros, inclusivos, resilientes e sustentáveis.

Portanto, a partir da apresentação, análise e discussão dos resultados, pode-se deduzir que existem publicações em espanhol e em português na área de Ciência da Informação com menção aos Direitos Humanos, as quais estão em consonância com pelo menos um dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU. Além disso, essas publicações também servem, eventualmente, como referencial teórico e fundamento para futuras pesquisas sobre o assunto.

6. Considerações finais

Retomando a questão suscitada na introdução, pode-se considerar que o objetivo da pesquisa foi atingido, visto que se averiguou, a partir de uma categorização na LISA, que há um corpus publicado na Ciência da Informação, no que tange ao desenvolvimento sustentável, os quais foram sistematizados nesta pesquisa. Muito embora, nem todos os trabalhos resgatados incidam diretamente em um dos 17 ODS estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, pode-se averiguar que todos eles perpassam por algum ou alguns dos 17 ODS, ainda que implicitamente.

Ante a importância sociopolítica da Agenda 2030, muitos domínios a tem contemplado, trazendo-a como pauta em dissertações, teses, artigos e eventos. Na CI, tanto na América Latina, quanto em países como a Espanha, a temática tem sido divulgada, sua importância reconhecida e a tendência é que novas pesquisas sejam geradas, tratando diretamente de um, ou alguns dos ODS e não apenas perpassando por eles.

Por enquanto, o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) foi o mais contemplado, conforme identificado nesta pesquisa. Trata-se de um ODS que tem ligação direta com a obrigação legal das instituições, principalmente públicas, de promoverem a paz e a justiça, estabelecendo modelos mais eficazes na promoção da justiça, principalmente no que tange à inclusão e redução de qualquer forma de violência e opressão. Redução das taxas de feminicídios, homicídios provenientes de racismo, bem como agressões de todos os gêneros contra crianças, adolescentes, idosos, deficientes, homossexuais, entre outros grupos mais vulneráveis, perpassam pela meta pertinente à ODS 16. A luta por justiça social, igualdade de direitos e respeito às diferenças ainda é uma questão muito recorrente na pauta da gestão institucional em países da América Latina, como o Brasil. Em tese a lei existe e é constitucional, mas no plano da eficácia muito tem que ser feito. A Agenda 2030 representa força para os movimentos sociais e reafirma o compromisso constitucional.

Notas

- (1) Inclusive na Organização do Conhecimento. Por exemplo, o título do 15º congresso internacional da International Society for Knowledge Organization (ISKO) dedicou-se à Organização do Conhecimento para um Desenvolvimento Sustentável (Guimarães *et al.*, 2016).

Apêndice 1

Nº	Referência	Palavras-chave do autor	Categoria
1	Tenaglia, Mônica; Rodrigues, Georgete Medleg (2021). Os acervos documentais produzidos pelas comissões da verdade no Brasil: onde estão hoje?. // Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas. 16(2021) 203-217.	Arquivos; Comissões da verdade; Ditadura militar brasileira.	16
2	Oliveira, Victor Hugo Sousa de; Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de; Medeiros, José Washington de Moraes (2020). Panorama da transparência ativa nos portais eletrônicos das instituições públicas de ensino superior da rede federal na Paraíba. // Perspectivas em Gestão & Conhecimento 10:3 (2020) 262-279.	Transparência ativa. Cidadania digital. Acesso à informação.	10 16
3	Campos, Phillipe de Freitas; Rodrigues, Georgete Medleg (2020). A construção da Lei de Acesso à Informação no legislativo federal brasileiro: sistematização de sua tramitação legislativa. // Informação & Informação. 25:4 (2020) 1-29, 2020.	Acesso à informação. Direito à informação. Lei de acesso à informação. Políticas de informação.	16
4	Cabral Filho, Adilson Vaz; Cabral, Eula Dantas Taveira (2020). Cultura e comunicação como direitos humanos: aproximações diante da nova onda neoliberal. // Liinc Em Revista. 16:1 (2020) e5082. https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5082 .	Direito Humano à Comunicação; Diversidade Cultural; Políticas de Comunicação.	16
5	Machado, Joana de Souza; Negri, Sergio Marcos Carvalho de Ávila; Giovanini, Carolina Fiorini Ramos (2020). Nem invisíveis, nem visados: inovação, direitos humanos e vulnerabilidade de grupos no contexto da Covid-19. // Liinc Em Revista. 16:2, e5367. https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5367 .	Inovação; Direitos Humanos; Vulnerabilidade; Covid-19.	9 10 16
6	Freitas, Helena Isabel Fernandes (2020). Os direitos humanos nas organizações não governamentais para o desenvolvimento: o caso da Associação para a Cooperação entre os Povos. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa; Instituto Superior de Economia e Gestão, 2020.	Direitos Humanos; Cooperação para o Desenvolvimento; Sociedade Civil	1 10 16
7	Ortiz, María Luisa; Bernasconi, Oriana; Lagos, Tamara (2020). Archivos personales de mujeres bajo dictadura: aproximación a los fondos documentales del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos de Chile. // BID: textos universitarios de biblioteconomía i documentación. 44 (juny 2020). https://dx.doi.org/10.1344/BiD2020.44.12 .	Museo de la Memoria y los Derechos Humanos (Chile), Chile, Mujeres, Museos de historia, Fondos de archivos, Archivos personales, Historia de los archivos	5 16
8	Valdir José Morigi; Ana Maria Giovanoni Forno (2020). Direito à Memória: A Comissão Nacional da Verdade brasileira e as narrativas dos povos indígenas na construção da cidadania. // Informação & Sociedade: Estudos. 30:2 (abr./jun. 2020) 1-24.	Comissão Nacional da Verdade. Direito à memória. Memória social. Povos indígenas	10 16
9	Mônica Tenaglia; Georgete Medleg Rodrigues (2020). Negação, ocultamento e (falta de) gestão documental: o acesso aos arquivos nos relatórios finais das comissões da verdade no Brasil. // Informação & Informação 25:1 (jan./mar. 2020) 276-301.	Ditadura Militar Brasileira. Comissões da Verdade. Acesso	16
10	Navas-Sánchez, María-del-Mar (2019). Libertad de prensa y derecho de los periodistas a mantener la confidencialidad de sus fuentes de información. // El profesional de la información. 28:4 (2019) e280421. https://doi.org/10.3145/epi.2019.jul.21 .	Secreto periodístico; Fuentes de información; Confidencialidad de las fuentes; Libertad de expresión; Derecho a la información; Libertad de prensa; Derecho al secreto profesional; Periodistas; Tribunal Europeo de Derechos Humanos; Chilling effect; Perro guardián de la democracia.	10 16
11	Martínez-Vallvey, Fernando; Mellado-Segado, Andrés (2019). Supresión de anuncios de contactos sexuales: ¿autorregulación, legislación o colaboración institucional? Aproximación al contexto de Andalucía. // El profesional de la información. 28:2 (2019) e280223. https://doi.org/10.3145/epi.2019.mar.23 .	Prensa diaria; Diarios; Contactos sexuales; Anuncios por palabras; Anuncios de contactos; Publicidad; Deontología; Ética; Economía de los medios; Igualdad de género; Dignidad; Prostitución; Autorregulación; Junta de Andalucía.	5
12	Britto, Clovis Carvalho; Lima, Kellen Josephine Muniz de (2019). Sacrificio ritual nas religiões afro-brasileiras: reflexões sobre patrimonialização, memória e anarquivamento. // Informação & Informação. 24:3 (set./dez. 2019) 433-451.	Sacrifício Ritual. Religiões Afro-Brasileiras. Memória. Patrimônio cultural. a Doutor	10 16
13	Grisales, Sandra Patricia Arenas et al. (2019). Memoria en la calle: repositorio de altares espontáneos creados en Medellín entre 1980 y 2014. // Revista Interamericana de Bibliotecología. 42:1 (2019) 57-68.	memoria, Medellín, altares espontáneos, repositorios en derechos humanos, hechos violentos.	10 16
14	Borges, Leandro da Conceição et al. (2019). Potencialidades dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras: apontamentos sobre software, equipe, manual, tutorial e política. // Perspectivas em Gestão & Conhecimento. 9:2 (2019) 245-265.	Acesso aberto. Universidades federais. Repositório institucional. Brasil.	4 10
15	Ottoucar, Selma Leticia Capinzaiki et al. (2019). Competência em informação no âmbito da comunidade LGBTQ: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. // Informação & Informação. 24:1 (2019) 484-512.	Competência em informação. Comunidade LGBTQ. Respeito à diversidade. Interdisciplinaridade. Revisão Sistemática da Literatura.	5 10
16	Gomes, Mariana Araujo; Callegaro, Tania (2018). Bibliotecas públicas de São Paulo e sua relação com o público da terceira idade. // Biblionline. 14:1 (2018) 119-127.	Biblioteca Pública, Terceira Idade, Ação Cultural, Direitos Humanos e Culturais	10
17	Righetto, Guilherme Goulart; Vitorino, Elizete Vieira; Muriel-Torrado, Enrique (2018). Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. // Informação & Sociedade: Estudos. 28:1 (jan.-abr. 2018) 77-90.	Competência em informação. Vulnerabilidade social. Movimentos sociais. Sociedade do conhecimento. Direitos humanos.	1 4 10 16

18	Tamayo, Luis Carlos Toro; Echavarría, Juan Camilo Vallejo (2017). Atlas visual de la memoria. Una forma de visualizar y representar el conflicto en Colombia. // Revista Interamericana de Bibliotecología. 41:1 (enero-abril 2017) 83-87.	Memoria colectiva, archivos fotográficos, fotografía, representación de la información.	16
19	Luciano, Maria Cristiana Felix; Côrtes, Gisele Rocha (2017). Violência contra as mulheres e a mediação do/a bibliotecário/a – Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. // Biblionline. 13:4 (2017) 74-89.	Violência doméstica. Informação. Centro de Referência da Mulher. Mediação da Informação. Relações de Gênero.	5
20	Giraldo-Lopera, Marta Lucía (2017). Archivos, derechos humanos y memoria colectiva. Una revisión de la literatura académica internacional. // Revista Interamericana de Bibliotecología. 40:2 (2017) 125-144.	archivos, derechos humanos, memoria colectiva, estado del arte, archivología.	16
21	Cubillos-Vega, Carla (2017). Análisis de la producción científica sobre Derechos Humanos en Trabajo Social: perspectiva internacional (2000-2015). // Revista Española De Documentación Científica. 40:1 (2017) e163. https://doi.org/10.3989/redc.2017.1.1387 .	Trabajo Social, derechos humanos, investigación, producción científica, Base de datos bibliográfica, Análisis de datos, tipología	5 10
22	Meneses Tello, Felipe (2016). Ética y derechos humanos para bibliotecas y archivos. // Revista General de Información y Documentación. 26:1 (2016) 341-353.		16
23	Cogollo-Ospina, Sonia Natalia; Tamayo, Luis Carlos Toro (2016). Papel de los archivos fotográficos de Derechos Humanos en la memoria colectiva. // Revista Interamericana de Bibliotecología. 39:1 (2016) 71-83.	lugares de memoria, memoria colectiva, archivos fotográficos, fotografía y memoria	16
24	Arruda, Carmen Sílvia Lima de (2016). Direito à informação: requisito do devido processo legal em um Estado democrático de Direito. // Páginas a&b. 3:6 (2016) 32-51.	Amplio Direito de Defesa; Direito à Informação; Devido Processo Legal Administrativo	16
25	Perlingeiro, Ricardo (2015) A codificação do direito de acesso à informação na América Latina. // Páginas a&b. 3:3 (2015) 129-146.	Acesso à informação; Direitos Humanos; Códigos Legislativos; Autoridades Administrativas Independentes; Lei Modelo Interamericana sobre Acesso à Informação Pública	16
26	Sturges, Paul (2015). Blasfemia y difamación de las leyes religiosas. Implicaciones para los medios y los bibliotecarios. // El profesional de la información. 24:3 (mayo-junio 2015) 338-344.	Libertad de expresión; Creencias religiosas; Legislación; Blasfemia; Difamación de la religión; Expresiones de odio; Violencia; Campañas.	16
27	Iduarte Cofré, María Elena (2015). Implementación de un Archivo Documental para un Sitio de Memoria y DDHH: el caso de la Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi. // Revista General de Información y Documentación. 25:1 (2015) 9-22.	Archivo; Chile; Conservación; DDHH; Sitio de Memoria.	10 16
28	Colares, Leni Beatriz; Lindemann, Catia Rejane (2015). Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. // Informação & Sociedade: Estudos 25:3. (2015) 205-215.	Biblioteca no Cárcere. Direitos Humanos. Biblioteconomia Social.	10
29	García Gutiérrez, Antonio (2014). Contribuciones de la dialéctica a la organización del conocimiento. // Scire: Representación y Organización del Conocimiento 20:1. (2014) 33-51.	Organización del conocimiento. Dialéctica. Exomemoria. Operador transcultural. Cultura. Ideología. Pluralismo. Diálogo.	10
30	Pérez Matos, Nuria Esther (2014). El derecho a la información en Cuba: consideraciones éticas y jurídicas en un entorno cambiante. // Bibliotecas. Anales de Investigación. 10 (2014) 37-53.	Derecho a la información; libertad de expresión; acceso a la información; acceso a Internet.	16
31	Civallero, Edgardo (2013). Aproximación a la bibliotecología progresista. // El profesional de la información. 22:2 (marzo-abril 2013) 155-162.	Bibliotecología progresista, Bibliotecología social, Bibliotecología crítica, Progresismo, Activismo, Responsabilidad social, Derechos humanos, Compromiso social.	10
32	López López, Pedro; Vives i Gracia, Joseph (2013). Ética y derechos humanos para bibliotecas y archivos. España: Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 2013. 190 p. ISBN 978-84-88716-50-7.		16
33	Sánchez Vanderkast, Egbert J. (2013). Acceso a la información gubernamental: estudios y tendencias. // Investigación Bibliotecológica. 27:2 (2013) 181-201.	Acceso a la información; Información gubernamental; Publicaciones gubernamentales; Políticas de información; Políticas de acceso; Alfabetización política; Información para la ciudadanía; Alfabetización informacional.	10
34	Côrtes, Gisele Rocha; Luciano, Maria Cristiana Félix; Dias, Karla Cristina Oliveira (2012). A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra: relato de experiencia. // Biblionline. 8:n.esp. (2012) 134-151.	Violência contra mulheres. Informação. Centro de Referência da Mulher.	5 10
35	Alberch-Figuerras, Ramon (2012). Archivos en España 2011. // Anuario ThinkEPI. 2012, v. 6, p. 87-92.	Archivos, Preservación digital, Gestión de documentos, Cloud computing, Reutilización de la información, Normas ISO, Derechos humanos, Acceso, Investigación, Formación archivística, Difusión.	16
36	Silva, Andréia Gonçalves; Silva, Leonardo Gonçalves (2012). O acesso à informação jurídica através de histórias em quadrinhos e cartilhas. // Informação & Informação. 17:1 (jan.-jun. 2012) 166-183.	Linguagem Jurídica. Histórias em quadrinhos. Cartilhas. Acesso à informação. Informação Jurídica.	4 16
37	Sturges, Paul; Gastinger, Almuth (2012). La alfabetización informacional como derecho humano. // Anales de Documentación. 15:1 (2012) 1-14.	Alfabetización informacional; derechos humanos; libertad intelectual.	10 16
38	Vicente, Rogelio Álvarez (2011). Análisis de las fuentes legislativas para el estudio de los derechos de la mujer en Chile. // Documentación de las Ciencias de la Información 34 (2011) 421-440.	Derechos Humanos, visión de Género, Proyectos legislativos, Partidos Políticos	5

39	Gómez-Moya, Cristián (2011). Archivo universal y derechos humanos: un estudio visual sobre la dialéctica de la mirada. // <i>Iconos. Revista de Ciencias Sociales</i> 41 (2011) 39-55.	archivo universal, derechos humanos, dialéctica de la mirada, visualidad, biopolítica y desterritorialización.	16
40	Bossí, Florencia (2009). Libros, bibliotecas y bibliotecarios una cuestión de memoria. // <i>Información, Cultura y Sociedad</i> 20 (2009) 13-40.	Censura; Dictadura militar; Violación de los derechos humanos; Libros; Bibliotecas; Historia cultural; Argentina.	16
41	Ferrer, Antonia (2008). Archivos y derechos humanos (Ramon Alberch Fugueras). // <i>El profesional de la información</i> . 17:4 (julio-agosto 2008) 471-472.		16
42	Bustamante Donas, Javier (2007). Los nuevos derechos humanos: gobierno electrónico e informática comunitaria. // <i>Enl@ce: revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento</i> . 4:2 (2007) 13-27.	democracia y tecnología, e-gobierno, democracia electrónica, cibercultura.	9 10 11
43	Gallardo, Adolfo Rodríguez (2007). Definiendo la lectura, el alfabetismo y otros conceptos relacionados. // <i>Investigación Bibliotecológica</i> . 21:42 (2007) 143-175.	Lectura; Alfabetismo; Analfabetismo; Alfabetización; Leer; Escribir.	10
44	Rementería Piñones, Ariel (2002). Presente y futuro de la biblioteca universitaria chilena. Concepto y definición. // <i>Investigación Bibliotecológica</i> . 16:32 (2002) 126-143.	Bibliotecas Universitarias – Chile, Administración de Bibliotecas, Teoría Bibliotecológica.	10 16
45	Fonseca, Maria Odilia (1999). Informação e direitos humanos: acesso à informação arquivística. // <i>Ciência da Informação</i> . 28:2 (1999) 1-9.	Direito à informação; Aspectos especiais do direito à informação. Direito à informação arquivística; Acesso aos arquivos públicos.	16
46	Marteleto, Regina Maria; Ribeiro, Leila Beatriz (1999). Conocimiento y nuevas prácticas informacionales en las acciones político-pedagógicas de Organizaciones No Gubernamentales. // <i>Investigación Bibliotecológica</i> . 13:26 (1999) 27-49.		10
47	Desantes Guanter, José María (1998). Los derechos de autor en los medios ciberespaciales. // <i>Investigación Bibliotecológica</i> . 12:25 (1998) 17-32.		16

Referências

Alfredsson, Gudmundur; Eide, Asbjørn (1999). *The Universal Declaration of Human Rights: A common standard of achievement*. The Hague, London, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1999.

Araujo, Débora Kraemer de; Magnus, Ana Paula Medeiros; Sellbach, Clarissa Jesinska; Debastiani, Aline Matte; Handke, Fernanda Becker (2021). O papel social das bibliotecas universitárias: iniciativas da Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS. // *Páginas a&b* 3:16 (2021) 97-118. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag16a6>

Arquero-Aviles, Rosario; Cobo-Serrano, Silvia; Marco-Cuenca, Gonzalo; Siso-Calvo, Brenda (2020). Objetivos de Desarrollo Sostenible y Aprendizaje Servicio en la docencia universitaria: un estudio de caso en el área de Biblioteconomía y Documentación. // *Ibersid*. 14:2 (jul.-dic. 2020) 13-24. ISSN 1888-0967.

Assunção, Suelene Santana; Ferreira, Markene Mirella Costa; Santos Junior, Roberto Lopes dos; Redigolo, Franciele Marques; Condurú, Marise Teles (2021). Sistema de informação ambiental como ferramenta para preservação da Amazônia: atuação do Sistema Deter. // *Informação & Informação*. 26:3 (jul.-set. 2021) 125-156.

Bardin, Laurence. (2016). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, 2016

Becchi, Paolo (2013). *O princípio da dignidade humana*. Aparecida: Santuário, 2013.

Benevides, Maria Victoria (2001). Educação em Direitos Humanos: de que se trata? // *Convenit Internacional*. 6 (2001) 43-50.

Calvo, Patrici; Osal, Cristian (2018). Whistleblowing y datos masivos: monitorización y cumplimiento de la ética y la responsabilidad social. // *El profesional de la información*. 27:1 (2018) 173-184. <https://doi.org/10.3145/epi.2018.ene.16>

Camperos Reyes, J.T.; Sant'ana, Ricardi Cesar Gonçalves; Santarém Segundo, José Eduardo (2018). Estudio comparativo de datasets gubernamentales de Brasil y de Colombia, con datos de agricultura y desarrollo rural. //

Anales de Documentación. 21:2 (2018) <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.21.2.302381>.

Chowdhury, Gobinda; Koya, Kushwanth (2017). Information practices for sustainability: Role of iSchools in achieving the UN sustainable development goals (SDGs). // *Journal of the Association for Information Science and Technology*. 68 (2017) 2128-2138. <https://doi.org/10.1002/asi.23825>

Estanyol, Elisenda (2020). Comunicación de la responsabilidad social corporativa (RSC): Análisis de las campañas más premiadas en 2018. // *Profesional de la información*. 29:3, e290334. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.34>

Gallo-León, José-Pablo (2018). Bibliotecidad: una discusión sobre la esencia de la biblioteca en momentos de cambio. // *Anuario ThinkEPI*. 12 (2018) 113-124. <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2018.12>

García-Marco, Francisco-Javier; Figuerola, Carlos G.; Pinto, María (2020). Análisis de la evolución temática de la investigación sobre Información y Documentación en español en la base de datos LISA mediante modelado temático (1978-2019). // *Profesional de la información*. 29:4 (2020) e290427. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.jul.27>

Guimarães, José Augusto Chaves; Milani, Suellen Oliveira; Dodebei, Vera (2016). *Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and Perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society*. Würzburg: Ergon-Verlag, 2016.

Kretzmer, David; Klein, Eckart (2002). *The Concept of Human Dignity in Human Rights Discourse*. The Hague: Kluwer Law International, 2002.

Noh, Younghee (2021). Study on the perception of South Korean librarians of the UN Sustainable Development Goals (SDGs) and the strategy to support libraries. // *Profesional de la información*. 30:4 (2021) e300404. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.jul.04>

Ochôa, Paula; Pinto, Leonor Gaspar (2015). Informação e cultura na Agenda Pós-2015: análise das dinâmicas de convergência na avaliação de impactos. // *Páginas a&b*. 3:3 (2015) 37-51.

Organização das Nações Unidas (1998). *Declaração universal dos Direitos Humanos: adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações*

- Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, DF: UNESCO, 1998. <https://bit.ly/3ptrxLx>.
- Organização das Nações Unidas (2015). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2015. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>.
- Pérez-Salmerón, Glòria (2018). Mapa de ideas para la transformación de la estrategia de la IFLA. // Anuario ThinkEPI, 12 (2018) 48-55 <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2018.04>.
- Pirela Morillo, Johann; Salazar Álvarez, Marisol. (2021) Perfiles de los profesionales de la información: entre lo tradicional y lo emergente. // Revista Interamericana De Bibliotecología, 44:3 (2021) e344766. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v44n3e344766>
- Raulino, Cleide Elis da Cruz; Meira, Roberta Barros (2021). A circulação de um modelo verde no Brasil: a Biblioteca Parque Villa-Lobos. // Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información. 35:88 (2021) 13-28. <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2021.88.58360>
- Repiso, Rafael; Merino-Arribas, Adoración; Cabezas-Clavijo, Álvaro. 2021. El año que nos volvimos insostenibles: Análisis de la producción española en Sustainability (2020). // Profesional de la información. 30:4 (2021) e300409. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.jul.09>
- Santos, João Carlos Gardini; Fernández Molina, Juan Carlos; Guimarães, José Augusto Chaves (2017). Direito de Acesso à Informação: uma análise a partir das realidades espanhola e brasileira. // Informação & Sociedade: Estudos. 27:2 (May/Aug 2017) 9-62.
- Silva, José Afonso da (2000). Curso de Direito Constitucional Positivo. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- Singh, Jagtar; Kerr, Paulette; Hamburger, Esther; Alliance of Civilizations; Communication; Unesco Assistant Director-General for Information (2016). Media and information literacy: reinforcing human rights, countering radicalization and extremism. Paris: Unesco, 2016. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246371>
- Universidad Complutense de Madrid (2022). Máster Propio en Promoción y Defensa Internacional de los Derechos Humanos (On Line). Madrid: UCM, 2022. <https://www.ucm.es/eg//master-propio-en-promocion-y-defensa-internacional-de-los-derechos-humanos>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- Universidad de Antioquia (2022). Especialización en Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario. Antioquia: UdeA, 2022. <https://www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/unidades-academicas/derecho-ciencias-politicas/estudiar-facultad/posgrados/especializacion-derecho-internacional-humanitario>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- Universidade Federal da Paraíba (2022). Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH). João Pessoa: UFPB, 2022. https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=1931. Acesso em: 4 jul. 2022.
- Urbano, Cristóbal (2018). Agenda digital y desarrollo sostenible en África: un espejo para el resto del mundo. // Anuario ThinkEPI. 12 (2018) 251-253. <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2018.37>
- Vanz, Samile Andrea de Souza; Stumpf, Ida Regina Chittó (2010). Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. // Perspectivas em Ciência da Informação. 15:2 (Maio-Ago. 2010) 42-55.

Enviado: 2022-03-31. Segunda versão: 2022-07-05.
Aceptado: 2022-09-09.
